

# Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstrações contábeis  
consolidadas do conglomerado  
prudencial em  
31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas</b>	<b>4</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração consolidada do resultado</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração consolidada do fluxo de caixa - Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis</b>	<b>12</b>

## **Relatório da Administração**

Srs. Acionistas

Submetemos à apreciação de V.S<sup>as</sup> as Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial, relativas ao semestre findo em 31 de Dezembro de 2016, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

### **Política de distribuição de dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Foram distribuídos dividendos referente lucros acumulados em períodos anteriores no montante de R\$ 13 milhões (R\$ 10 milhões em 2015).

### **Patrimônio Líquido e Resultado**

O patrimônio líquido da Instituição ao final do exercício é R\$ 259.541 milhões ( R\$ 257.600 milhões em 2015).

O lucro dos exercícios é R\$ 25.351 milhões (R\$ 10.195 milhões em 2015).

São Paulo, 19 de Janeiro de 2018.



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial**

Aos Diretores da  
OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (instituição líder do Conglomerado)  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação a Financeira e suas entidades consolidadas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativas 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

**Outros assuntos**

A OMNI S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de março de 2017.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Zenko Nakassato', written over a circular scribble.

Zenko Nakassato  
Contador CRC 1SP160769/O-0

**Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**

**Balço patrimonial - Conglomerado Prudencial**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>1.638.230</b>	<b>1.620.199</b>	<b>Circulante</b>		<b>854.014</b>	<b>1.071.165</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>6.616</b>	<b>12.217</b>	<b>Depósitos</b>	<b>13</b>	<b>136.991</b>	<b>30.151</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5a</b>	<b>164.092</b>	<b>96.971</b>	Depósitos interfinanceiros		3.468	21.597
Aplicações no mercado aberto		158.080	94.561	Depósitos a prazo		133.523	8.554
Aplicações em depósitos interfinanceiros		6.012	2.410	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>13</b>	<b>414.983</b>	<b>91.839</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>62.148</b>	<b>70.713</b>	Recursos de aceites cambiais		414.983	91.839
Carteira própria		61.508	51.176	<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>100.814</b>
Vinculados à prestação de garantias		640	19.537	Debêntures		-	100.814
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>1.056.247</b>	<b>1.214.844</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>302.040</b>	<b>848.361</b>
Setor privado		1.098.400	1.839.161	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		928	740
Operações de crédito vinculadas a cessão		253.210	629.977	Fiscais e previdenciárias		49.831	64.326
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(295.363)	(1.254.294)	Obrigações por cotas de fundos de investimentos		133.029	673.073
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>9</b>	<b>(335)</b>	<b>(733)</b>	Diversas	<b>15</b>	<b>109.615</b>	<b>110.222</b>
Arrendamento mercantil a receber - setor privado		4.403	3.133	Credores por antecipação de valor residual		8.637	-
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(4.133)	(2.944)	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>1.214.816</b>	<b>1.363.897</b>
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(605)	(922)	<b>Depósitos</b>	<b>13</b>	<b>375.764</b>	<b>457.464</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>10</b>	<b>315.249</b>	<b>154.577</b>	Depósitos interfinanceiros		-	2.941
Diversos		316.801	156.142	Depósitos a prazo		375.764	454.523
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(1.552)	(1.565)	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>13</b>	<b>741.016</b>	<b>822.050</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>34.213</b>	<b>71.610</b>	Recursos de aceites cambiais		741.016	822.050
Bens não destinados a uso	<b>11a</b>	3.906	6.364	<b>Outras obrigações</b>		<b>98.036</b>	<b>84.383</b>
Provisões para desvalorização	<b>11a</b>	(1.446)	(1.758)	Letras financeiras subordinadas		91.307	76.351
Despesas antecipadas	<b>11b</b>	31.753	67.004	Credores por antecipação de valor residual		6.729	8.032
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>657.445</b>	<b>1.054.106</b>	<b>Resultado de exercícios futuros</b>		<b>3.287</b>	<b>1.416</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5a</b>	<b>-</b>	<b>5.285</b>	Resultado de exercícios futuros		3.287	1.416
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	5.285	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>18</b>	<b>259.541</b>	<b>257.600</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>26.985</b>	<b>121.207</b>	Capital		164.088	222.718
Carteira própria		26.985	121.207	De domiciliados no País		164.088	222.718
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>10.027</b>	Ajustes de avaliação patrimonial		(1)	26
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>416.055</b>	<b>607.354</b>	Reserva de lucros		94.507	34.698
Setor privado		389.738	366.164	Participação de não controladores		947	158
Operações de crédito vinculadas a cessão		76.203	298.087				
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(49.886)	(56.897)				
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>9</b>	<b>(1.352)</b>	<b>(634)</b>				
Arrendamento mercantil a receber - setor privado		4.727	3.863				
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(4.727)	(3.822)				
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(1.352)	(675)				
<b>Outros créditos</b>	<b>10</b>	<b>163.004</b>	<b>247.598</b>				
Diversos		163.004	247.598				
<b>Outros valores e bens</b>	<b>11b</b>	<b>52.753</b>	<b>63.269</b>				
Despesas antecipadas		52.753	63.269				
<b>Permanente</b>		<b>35.983</b>	<b>19.773</b>				
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>12</b>	<b>33.454</b>	<b>16.930</b>				
Bens arrendados		31.773	15.621				
Superveniência de depreciação		12.053	7.895				
(Depreciação acumulada)		(10.372)	(6.586)				
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>2.529</b>	<b>2.843</b>				
Outras imobilizações de uso		7.726	7.892				
(Depreciação acumulada)		(5.197)	(5.049)				
<b>Total do ativo</b>		<b>2.331.658</b>	<b>2.694.078</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>2.331.658</b>	<b>2.694.078</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

## Demonstração do resultado - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º Semestre	Exercícios	
		2016	2016	2015
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>565.957</b>	<b>1.078.684</b>	<b>790.284</b>
Operações de crédito	8f	551.361	1.032.909	738.885
Operações de arrendamento mercantil		2.602	3.957	2.764
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	12.510	29.253	40.405
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7c	(516)	12.565	8.230
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(273.094)</b>	<b>(560.311)</b>	<b>(499.310)</b>
Operações de captação no mercado	13b	(158.579)	(328.593)	(318.514)
Despesa de obrigações por empréstimos e repasses	14b	-	-	(11.065)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(201)	(1.331)	(7.188)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8g	(114.314)	(230.387)	(162.543)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>292.863</b>	<b>518.373</b>	<b>290.974</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(280.084)</b>	<b>(495.063)</b>	<b>(335.577)</b>
Receitas de prestação de serviços	19	52.035	104.047	87.773
Despesas de pessoal	20	(21.828)	(37.863)	(39.069)
Outras despesas administrativas	21	(177.675)	(340.929)	(280.772)
Despesas tributárias	22	(15.394)	(34.900)	(35.763)
Resultado de participações societárias		218	(950)	(1.793)
Outras receitas operacionais	23	18.371	30.527	18.500
Outras despesas operacionais	24	(135.811)	(214.995)	(84.453)
<b>Resultado operacional</b>		<b>12.779</b>	<b>23.310</b>	<b>(44.603)</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(473)</b>	<b>(419)</b>	<b>(3.917)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>12.306</b>	<b>22.891</b>	<b>(48.520)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>2.290</b>	<b>2.460</b>	<b>58.715</b>
Provisão para imposto de renda		(2.722)	(5.680)	(6.049)
Provisão para contribuição social		(1.601)	(2.799)	(2.655)
Ativo fiscal diferido		6.613	10.939	67.419
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>14.596</b>	<b>25.351</b>	<b>10.195</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Rerserva</u>				Avaliação Patrimonial	Participação de Controladore	Lucros acumulados	Total
	Capital	à integralizar	Legal	Lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>217.718</b>	<b>-</b>	<b>1.753</b>	<b>33.314</b>	<b>(9)</b>	<b>167</b>	<b>-</b>	<b>252.943</b>
Ajuste de períodos anteriores	-	-	-	(564)	-	-	-	(564)
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda	-	-	-	-	35	-	-	35
Aumento de Capital AGE	5.000	-	-	-	-	-	-	5.000
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	10.195	10.195
Prejuízo do exercício - não controladora	-	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Distribuição de dividendos:	-	-	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Destinações do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	510	-	-	-	(510)	-
Reserva de lucros	-	-	-	9.685	-	-	(9.685)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>222.718</b>	<b>-</b>	<b>2.263</b>	<b>32.435</b>	<b>26</b>	<b>158</b>	<b>-</b>	<b>257.600</b>
Ajuste de períodos anteriores	(53.630)	-	657	46.801	-	-	-	(6.172)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	(27)	-	-	(27)
Redução de Capital AGE	(5.000)	-	-	-	-	-	-	(5.000)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	789	25.351	26.140
Distribuição de dividendos:	-	-	-	(13.000)	-	-	-	(13.000)
Destinações do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.268	-	-	-	(1.268)	-
Reserva de lucros	-	-	-	24.083	-	-	(24.083)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>164.088</b>	<b>-</b>	<b>4.188</b>	<b>90.319</b>	<b>(1)</b>	<b>947</b>	<b>-</b>	<b>259.541</b>
<b>Saldos em 30 de junho 2016</b>	<b>164.088</b>	<b>-</b>	<b>2.801</b>	<b>81.583</b>	<b>18</b>	<b>1.693</b>	<b>-</b>	<b>250.183</b>
Ajuste de períodos anteriores	-	-	657	(5.130)	-	-	-	(4.473)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	(19)	-	-	(19)
Lucro do semestre	-	-	-	-	-	-	14.596	14.596
Prejuízo do exercício - não controladora	-	-	-	-	-	(746)	-	(746)
Destinações do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	730	-	-	-	(730)	-
Reserva de lucros	-	-	-	13.866	-	-	(13.866)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro 2016</b>	<b>164.088</b>	<b>-</b>	<b>4.188</b>	<b>90.319</b>	<b>(1)</b>	<b>947</b>	<b>-</b>	<b>259.541</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

### Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro/ prejuízo líquido do semestre/ exercícios antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>12.306</b>	<b>22.891</b>	<b>(48.520)</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	114.314	230.387	162.543
Depreciação	266	485	619
Provisão de passivos contingentes	1.982	4.139	578
Perda de imobilizado	1	20	5
Lucro de imobilizado de arrendamento	(940)	(1.544)	-
Perdas em outros valores e bens	756	1.712	4.690
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.323)	(8.479)	(8.704)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.613	10.939	67.419
Ajuste de períodos anteriores	(4.473)	(6.172)	(564)
Ajuste MTM de títulos e valores mobiliários	(19)	(27)	35
Superveniência de depreciação	(2.617)	(5.101)	(5.445)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>123.866</b>	<b>249.250</b>	<b>172.656</b>
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais</b>	<b>105.980</b>	<b>208.052</b>	<b>(774.913)</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.878	5.285	(2.636)
Títulos e valores mobiliários	38.165	102.787	60.114
Instrumentos financeiros derivativos	1.682	10.027	3.424
Operações de crédito	14.752	119.510	(633.908)
Operações de arrendamento	(56)	320	1.553
Outros créditos	23.442	(76.078)	(229.152)
Outros valores e bens	23.117	46.201	25.692
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais</b>	<b>(142.066)</b>	<b>(368.501)</b>	<b>387.237</b>
Depósitos	(23.812)	25.140	(11.981)
Recursos de aceites cambiais	173.504	242.110	258.848
Obrigações por empréstimos e repasses	-	(100.814)	(67.812)
Outras obrigações	(292.832)	(536.808)	207.183
Resultado de exercícios futuros	1.074	1.871	999
<b>Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>87.780</b>	<b>88.801</b>	<b>(215.020)</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Imobilizado de uso	(176)	(191)	(225)
Imobilizado de arrendamento	(4.218)	(9.879)	1.284
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(4.394)</b>	<b>(10.070)</b>	<b>1.059</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	-	-	5.000
Redução de capital	-	(5.000)	-
Distribuição de dividendos	-	(13.000)	(10.000)
Participação de não controladores no patrimônio	(746)	789	(9)
	-	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(746)</b>	<b>(17.211)</b>	<b>(5.009)</b>
<b>Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>82.640</b>	<b>61.520</b>	<b>(218.970)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do semestre/ exercícios	88.068	109.188	328.158
No fim do semestre/ exercícios	170.708	170.708	109.188
<b>Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>82.640</b>	<b>61.520</b>	<b>(218.970)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

*Em milhares de reais*

### 1 Contexto operacional

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

### 2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução no 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, abrangem as demonstrações contábeis da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresas controladas e fundos de investimentos, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Para a elaboração dessas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foram destacadas a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial compreendem as seguintes entidades:

**Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**  
**Demonstrações contábeis consolidadas**  
do conglomerado prudencial em  
31 de dezembro de 2016

	Atividades	31 de Dezembro/2016 Participação Total
<b>Instituições Financeiras</b>		
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador
Omni S.A. Arrendamento Mercantil (1)	Arrendamento	100,00%
<b>Securizadora</b>		
Multibens - Companhia Securizadora de Créditos Financeiros	Securizadora	100,00%
Omni - Companhia Securizadora de Créditos Financeiros (1)	Securizadora	100,00%
<b>Fundos de Investimentos</b>		
Ourinvest Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos II	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos VIII	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos IX	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos X	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Ellie	Fundo e Investimento	100,00%
<b>Outras - art. 8º</b>		
Omni Gestão e Cobrança Ltda (1)	Prestação de Serviços	100,00%
Omni Informática Ltda (1)	Prestação de Serviços	100,00%

(1) Empresa consolidada proporcionalmente, em consonância com a Resolução no 2.723/00 do CMN e Instrução CVM no 247/96.

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 02 de outubro de 2017.

### 3 Descrição das principais práticas contábeis

#### a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

#### b. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**d. Estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações contábeis.

**e. Moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

**f. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**g. Títulos e valores mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

**h. Instrumentos financeiros derivativos**

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “*hedge*”, com prazos e taxas iguais à da operação objeto de “*hedge*”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro rata*” dia até a data do balanço.

**i. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

**j. Operações de arrendamento mercantil**

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) Não cancelamento;
- (b) opção de compra; e
- (c) atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:
  - **Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
  - **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.

- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40 % da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada a débito da despesa de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do exercício de 2016 uma superveniência de depreciação no valor de R\$ 5.678 (R\$ 5.445 em 2015). O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 12.053 (R\$ 7.895 em 2015) resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 3.014 (R\$ 1.974 em 2015). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.
- **Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

**k. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito**

As cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da PCLD registrada na carteira dos fundos são contabilizados na rubrica de “Outros Créditos” e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição são contabilizados na rubrica de “Outras Obrigações”.



**l. Outros valores e bens**

***Despesas antecipadas***

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito são apropriadas pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

***Bens não de uso***

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

**m. Permanente**

***Investimentos***

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

***Imobilizado***

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

**n. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período.

**o. Depósitos e captações no mercado aberto**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

**p. Empréstimos e repasses no exterior**

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos de juros e da variação cambial até a data dos balanços.

**q. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

**r. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

**s. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, o percentual utilizado de 01 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015 foi de 15%.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

#### 4 Composição de caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2º Semestre	2016	2015
<b>No início do exercício</b>	<b>88.068</b>	<b>109.188</b>	<b>328.158</b>
Disponibilidades	3.529	12.217	9.331
Aplicações no mercado aberto	78.005	94.561	294.723
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.534	2.410	24.104
<b>No final do exercício</b>	<b>170.708</b>	<b>170.708</b>	<b>109.188</b>
Disponibilidades	6.616	6.616	12.217
Aplicações no mercado aberto	158.080	158.080	94.561
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.012	6.012	2.410
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>82.640</b>	<b>61.520</b>	<b>(218.970)</b>

#### 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

##### a. Concentração por tipo e prazo de vencimento

	2016			2015
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Total	Total
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada				
Letras Financeiras Tesouro - LFT	142.072	-	142.072	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	16.008	-	16.008	59.559
Notas do Tesouro Nacional -NTN - B	-	-	-	35.001
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.168	2.844	6.012	7.695
<b>Total</b>	<b>161.248</b>	<b>2.844</b>	<b>164.092</b>	<b>102.255</b>

#### 6 Títulos e valores mobiliários

##### a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Para negociação

	2016			2015
	Até 3 meses	Valor mercado/ contábil	Valor custo atualizado	Valor mercado/ contábil
Títulos de capitalização	-	-	-	18
<b>Total</b>	-	-	-	18

**Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**  
*Demonstrações contábeis consolidadas  
do conglomerado prudencial em  
31 de dezembro de 2016*

*Disponível para venda*

	2016				2015	
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor custo atualizado	Valor custo atualizado
Notas do Tesouro Nacional - NTN B				-	-	215
Letra financeira do tesouro - LFT		532	26.985	27.517	27.517	42.109
Quotas de fundos de investimento	61.513	-		61.513	61.513	74.952
Certificado de depósitos bancários - CDB		103	-	103	103	74.626
<b>Total</b>	<b>61.513</b>	<b>635</b>	<b>26.985</b>	<b>89.133</b>	<b>89.133</b>	<b>191.902</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 as quotas de fundos de investimento, os títulos públicos federais e os títulos de capitalização estavam registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

O critério utilizado para marcação a mercado das aplicações em quotas de fundo de investimento é baseado no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo e o valor de mercado das letras financeiras do tesouro e das notas do tesouro nacional é apurado com base nos preços dos ativos negociados no mercado secundário, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

A atualização das aplicações em quotas de fundos de investimentos é efetuada com base no valor da quota divulgada pelos administradores dos fundos e os ajustes decorrentes da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrado na carteira dos fundos e estão classificados no grupo de "Outros créditos", nota explicativa nº 9 divulgada pela CETIP S.A. - Mercados Organizados. As letras financeiras do tesouro e as notas do tesouro nacional são atualizadas pela taxa básica de juros brasileira - Selic.

**b. Resultado com títulos e valores mobiliários**

	2º Semestre		
	2016	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.226	13.753	26.607
Rendas de aplicação em CDB	3	2.149	12.027
Rendas de aplicação em quotas de fundos de investimento	2.590	6.317	(5.609)
Resultado de aplicação em NTN - notas do tesouro nacional	209	518	257
Resultado de aplicação em LTN - letras do tesouro nacional	132	363	1.989
Resultado de aplicação em LFT - letras financeiras do tesouro	2.415	6.287	5.276
Prejuízo com títulos de capitalização	(65)	(134)	(142)
<b>Total</b>	<b>12.510</b>	<b>29.253</b>	<b>40.405</b>

## 7 Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos relativos a descasamentos de indexadores sobre seus instrumentos financeiros efetuou operações de “swap”.

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

### a. Posição das operações

		2016				2015
Operações de Swap	Empresa	Valor Referencial	Valor da Curva Ativo	Valor da Curva Passivo	Diferencial a pagar/receber	Diferencial a pagar/receber
CDI x IPCA	Omni CFI FIDC VIII/FIDC	-	-	-	-	-
PTAX-V x VCP	IX	-	-	-	-	2.558
CDI x PRE	FIDC X	-	-	-	-	4.860
<b>Total</b>		-	-	-	-	<b>7.418</b>

		2016			2015
Operações de Opções		Valor Referencial	Valor Custo Total	Valor de Mercado	Valor de Mercado
IDI Flexível	FIDC ORV	-	-	-	589
<b>Total</b>		-	-	-	<b>589</b>

		2016			2015
Operações de Futuro		Valor de Principal	Total	Ajuste Diário	Ajuste Diário
Mercado Futuro - DOL		-	-	-	2.020
<b>Total</b>		-	-	-	<b>2.020</b>

O swap CDI vs. IPCA foi contratado em negociação associada à operação de captação em CDI, liquidada em 26 de outubro de 2015. Essas operações foram contratadas com prazos iguais, com as mesmas contrapartes e não permite liquidações em separado ou antecipadas de suas operações associadas de acordo com a Circular 3.150/02. Em função destas características os swaps são considerados como operações de hedge.

Os valores a receber e a pagar de operações de swap e de opções estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, as operações de futuro são registradas na rubrica “Negociação e intermediação de valores” e os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

**b. Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

O valor das receitas e despesas líquidas, registradas no exercício de 2016 estão demonstrados a seguir:

	2.Semestre 2016	2016	2015
Contratos de swap	(1.442)	(6.798)	10.594
Contratos futuros	927	21.972	(2.670)
Contratos de opções	(1)	(2.609)	306
<b>Total</b>	<b>(516)</b>	<b>12.565</b>	<b>8.230</b>

**c. Instrumentos financeiros derivativos - Margens dadas em garantia**

A margem dada em garantia de operações negociadas na BMF&Bovespa com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 532 (R\$ 13.893 em 2015).

## 8 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

**a. Composição das operações de créditos e títulos e créditos a receber**

	2016	2015
Empréstimos - Setor privado	192.778	1.101.158
Operações de crédito vinculadas a cessão - empréstimos	14.985	47.068
Financiamentos - Setor privado	1.232.606	1.012.962
Operações de crédito vinculadas a cessão - financiamentos	311.111	880.996
Outros empréstimos - cartão de crédito	50.131	65.131
Outros financiamentos - cartão de crédito	15.940	26.074
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	40.037	35.728
<b>Total</b>	<b>1.857.588</b>	<b>3.169.117</b>

**b. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por tipo de cliente e atividade econômica**

	2016	2015
Industria	42	51
Comércio	452	-
Outros serviços	27.738	232.364
Pessoas físicas	1.829.356	2.936.702
<b>Total</b>	<b>1.857.588</b>	<b>3.169.117</b>

**c. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por vencimento, considerando as parcelas dos contratos.**

Faixas de vencimento	2016	2015
<b>Créditos vencidos</b>		
A partir de 15 dias	268.649	1.194.782
<b>Créditos a vencer</b>		
Até 3 meses	441.352	482.594
3 a 12 meses	681.646	827.490
1 a 3 anos	448.897	643.374
3 a 5 anos	17.044	20.877
<b>Total</b>	<b>1.857.588</b>	<b>3.169.117</b>

**d. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682 do CMN**

2016					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	489.756	5.872	495.628	0,5	2.478
B	554.533	15.953	570.486	1	5.704
C	256.358	11.061	267.419	3	8.022
D	111.711	6.720	118.431	10	11.843
E	70.200	57	70.257	30	21.077
F	49.690	39	49.729	50	24.864
G	42.710	40	42.750	70	29.925
H	242.593	295	242.888	100	242.888
<b>Total</b>	<b>1.817.551</b>	<b>40.037</b>	<b>1.857.588</b>		<b>346.801</b>

2015					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	551.171	3.532	554.703	0,5	2.774
B	662.148	13.104	675.252	1	6.753
C	359.824	10.858	370.682	3	11.120
D	185.048	7.840	192.888	10	19.289
E	88.294	83	88.377	30	26.513
F	54.492	36	54.528	50	27.264
G	45.382	39	45.421	70	31.795
H	1.187.030	236	1.187.266	100	1.187.266
Total	<b>3.133.389</b>	<b>35.728</b>	<b>3.169.117</b>		<b>1.312.774</b>

(i) Contempla o saldo de cartão de crédito.

**e. Aquisição de carteiras**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificadas como “operação com transferência substancial dos riscos e benefícios”, conforme demonstrado abaixo:

Aquisição de Carteiras	2016		
	Carteira de crédito Ativa	Carteira de crédito não performada	Total Adquirido
Valor principal carteira adquirida	834.546	1.919.816	<b>2.754.362</b>
(-) Provisões para devedores duvidosos	(834.546)	(1.919.816)	<b>(2.754.362)</b>
<b>Valor contábil da carteira adquirida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo nas aquisições das carteiras	42.521	81.266	<b>123.787</b>
<b>Montante pago nas aquisições</b>	<b>42.521</b>	<b>81.266</b>	<b>123.787</b>
	2015		
	Carteira de crédito Ativa	Carteira de crédito não performada	Total Adquirido
Valor principal carteira adquirida	1.598.889	3.178.935	<b>4.777.824</b>
(-) Provisões para devedores duvidosos	(1.064.863)	(3.178.935)	<b>(4.243.798)</b>
<b>Valor contábil da carteira adquirida</b>	<b>534.026</b>	<b>-</b>	<b>534.026</b>
Custo nas aquisições das carteiras	67.084	100.048	<b>167.132</b>
Deságio nas aquisições das carteiras	(27.363)	-	<b>(27.363)</b>
<b>Montante pago nas aquisições</b>	<b>573.747</b>	<b>100.048</b>	<b>673.795</b>



*Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento*  
*Demonstrações contábeis consolidadas*  
*do conglomerado prudencial em*  
*31 de dezembro de 2016*

Movimentação deságio e custo	2016	
	Realização deságio	Amortização custo
<b>Saldo no início do exercício</b>	20.273	160.960
(+) Novas aquisições	-	123.787
(-) Realização/ amortização 2016	(12.850)	(54.042)
<b>Total em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>7.422</b>	<b>230.705</b>
	2015	
Movimentação deságio e custo	Realização deságio	Amortização custo
<b>Valores Iniciais</b>	-	-
(+) Novas aquisições	27.363	167.132
(-) Realização/ amortização 2015	(7.090)	(6.172)
<b>Total em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>20.273</b>	<b>160.960</b>

**f. Resultado das operações de crédito**

	2º Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
Rendas de empréstimos	48.401	83.985	55.556
Rendas de financiamentos	195.337	419.652	415.243
Rendas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	108.857	226.844	253.199
Resultado na cessão de operações de crédito (ii)	(397)	(962)	(1.603)
Resultado na securitização de crédito	-	-	(67.015)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	190.180	281.744	56.218
Outras rendas de cartão de crédito	8.983	21.646	27.287
<b>Total</b>	<b>551.361</b>	<b>1.032.909</b>	<b>738.885</b>

- (i) Refere-se ao resultado com operações de crédito vinculadas a cessão de acordo com a Resolução nº 3.533.  
(ii) Refere-se ao resultado com operações de créditos cedidos antes da Resolução nº 3.533.

**g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2º Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
<b>Saldo no início dos semestres</b>	<b>1.193.283</b>	<b>1.312.756</b>	<b>178.316</b>
Constituição (i)	167.553	1.159.648	1.343.855
Reversão (ii)	(13.895)	(51.755)	(67.411)
Baixados para prejuízo	(1.000.140)	(2.073.848)	(142.004)
<b>Saldo no fim dos semestres</b>	<b>346.801</b>	<b>346.801</b>	<b>1.312.756</b>

- (i) A PCLD constituída no exercício está representada pelas carteiras adquiridas no valor de R\$ 834.546 ( R\$ 1.056.882 em 2015) (nota 8e) a qual não transitou pelo resultado, adicionada pelas operações originadas das empresas Omni Arrendamento Mercantil e Multibens Securitizadora de Créditos Financeiros no montante de R\$ 1.854 ( R\$ 1.554 em

2015) (Nota 9 d) contabilizadas no Balanço em "Operações de arrendamento mercantil", reversão de R\$ 1.969 (R\$ 9.475 provisão em 2015) contabilizada em "Outros Créditos - Diversos", e a provisão do saldo de provisão dos Fundos relativo a carteira cedida antes da Res. 3533 no valor de R\$ 31.535 (R\$ 2.387 reversão em 2015) montam a provisão da PCLD em curso normal no valor de R\$ 356.522 (R\$ 295.615 em 2015).

- (ii) A reversão da PCLD no montante de R\$ 126.135 (R\$ 133.072 em 2015) foi impactada pela baixa dos créditos para prejuízo nos FIDCs, pela recompra de créditos vencidos há mais de 360 dias e pela baixa de recebimentos de parcelas em prejuízo no montante de R\$ 84.125 (R\$ 65.661 em 2015).

## 9 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

### a. Composição da carteira de arrendamento

	2016	2015
Arrendamento a receber - setor privado	9.130	6.996
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(8.860)	(6.766)
Imobilizado de arrendamento	33.454	16.930
Credores por antecipação de valor residual - VRG	<u>(15.366)</u>	<u>(8.032)</u>
<b>Valor presente da carteira de arrendamento mercantil</b>	<b><u>18.358</u></b>	<b><u>9.128</u></b>

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Res. 2.682/99. No saldo findo em 31 de dezembro de 2016 o grupo de arrendamento mercantil a receber ficou com o saldo credor em decorrência da provisão constituída e do valor residual antecipado.

### b. Classificação por atividade

	2016	2015
Comércio	1.081	154
Serviços	5.573	2.690
Pessoas físicas	11.704	6.233
Outros	<u>-</u>	<u>51</u>
<b>Total</b>	<b><u>18.358</u></b>	<b><u>9.128</u></b>

### c. Diversificação por prazo

<b>Setor privado</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Vencidos a partir de 15 dias	1.047	827
A vencer até 90 dias	2.672	1.235
A vencer de 3 meses a 1 ano	6.672	3.066
A vencer de 1 a 5 anos	<u>7.967</u>	<u>4.000</u>
<b>Total</b>	<b><u>18.358</u></b>	<b><u>9.128</u></b>

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

**d. Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa**

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99 em 31 de dezembro de 2016, estavam assim distribuídos.

***Movimentação da provisão***

	2º Semestre	2016	2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.960</b>	<b>1.597</b>	<b>407</b>
Constituição	739	2.176	1.690
Reversão	(53)	(322)	(136)
Baixados para prejuízo	(689)	(1.494)	(364)
<b>Saldo no final</b>	<b>1.957</b>	<b>1.957</b>	<b>1.597</b>

***Composição por níveis de riscos***

Nível de risco	2016		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	3.894	0,5	19
B	6.717	1,0	67
C	3.876	3,0	117
D	1.277	10,0	128
E	786	30,0	236
F	782	50,0	391
G	90	70,0	63
H	936	100,0	936
<b>Total</b>	<b>18.358</b>		<b>1.957</b>

Nível de risco	2015		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	1.127	0,5	6
B	1.821	1,0	18
C	2.911	3,0	87
D	1.308	10,0	131
E	533	30,0	160
F	429	50,0	215
G	65	70,0	46
H	934	100,0	934
<b>Total</b>	<b>9.128</b>		<b>1.597</b>

## 10 Outros créditos - Diversos

	2016	2015
Rendas de empréstimos	2.744	423
Adiantamento diversos	2.907	5.582
Créditos tributários de impostos e contribuições	180.908	168.960
Devedores por depósitos em garantia (i)	6.112	7.207
Impostos e contribuições a compensar (ii)	5.866	5.307
Devedores diversos - país (iv)	40.037	35.728
Devedores diversos - exterior	240.905	178.581
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - cartões de crédito	326	1.952
	(1.552)	(1.565)
<b>Total</b>	<b>478.253</b>	<b>402.175</b>

- (i) Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais.
- (ii) Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.
- (iii) Representados por valores a receber de clientes da operação de cartão de crédito a vencer.
- (iv) Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos.

## 11 Outros valores e bens

### a. Bens não destinados a uso

Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2016 seus saldos totalizavam R\$ 2.460 (R\$ 4.606 em 2015).

### b. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, a:

	2016	2015
<b>Comissão s/ colocação dos FIDC's</b>	3.361	8.969
Comissão s/ colocação dos DPG E	-	33
Comissão s/ colocação dos LC	10.319	8.484
Custos de origemação de operações de crédito	50.772	91.100
Consultoria estratégica	19.920	20.756
Outras	134	934
	84.506	130.273
<b>Total</b>	<b>84.506</b>	<b>130.273</b>

As comissões pagas pela origemação das operações de créditos até 31 de dezembro de 2015, são reconhecidas durante o tempo de duração dos contratos e seu valor de apropriação é calculado pelo método linear.

Conforme circular 3.693/2013 do Bacen, as comissões pagas pela originação das operações de créditos, ocorridas em 2015 e 2016 são reconhecidas a resultado 1/3 e 2/3 respectivamente no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses.

## 12 Imobilizado de arrendamento

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Veículos e afins	7.835	11.319
Máquinas e equipamentos	23.938	4.302
<b>Subtotal</b>	<b>31.773</b>	<b>15.621</b>
Superveniência de depreciação	12.053	7.895
Depreciações acumuladas	(10.372)	(6.586)
<b>Subtotal</b>	<b>1.681</b>	<b>1.309</b>
<b>Total</b>	<b>33.454</b>	<b>16.930</b>

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

## 13 Obrigações

### a. Abertura por prazo de vencimento

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total 2016	Total 2015
Depósitos interfinanceiros	3.468						3.468	24.538
Depósitos a prazo	60.370	73.153	164.398	17.868	186.000	7.498	509.287	463.077
Recursos de aceites cambiais - letras de câmbio	29.708	385.275	610.478	73.420	32.505	24.613	1.155.999	913.889
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	100.814
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	-	-	91.307	91.307	76.351
<b>Total</b>	<b>93.546</b>	<b>458.428</b>	<b>774.876</b>	<b>91.288</b>	<b>218.505</b>	<b>123.418</b>	<b>1.760.061</b>	<b>1.578.669</b>

**b. Despesas com operações de captação do mercado**

	<u>2. Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos interfinanceiros	(945)	(2.652)	(8.345)
Depósitos a prazo	(51.064)	(95.073)	(85.932)
Despesas de operações compromissadas	(33)	(44)	(123)
Recursos de aceites cambiais	(83.861)	(160.648)	(117.643)
Custo cota sênior	(21.157)	(63.598)	(85.653)
Debêntures	-	(3.641)	(17.569)
Outras despesas de captação	(1.519)	(2.937)	(3.249)
<b>Total</b>	<b><u>(158.579)</u></b>	<b><u>(328.593)</u></b>	<b><u>(318.514)</u></b>

**14 Obrigações por empréstimos**

O “Global Medium - Term Note Programme” emitido em 20 de agosto de 2013 foi liquidado em seu vencimento, ou seja em 28 de abril de 2015, sobre esta operação tivemos a despesa registrada na rubrica “Despesas de obrigações por empréstimos e repasses” no montante de R\$ 0 (R\$ 11.065 em 2015).

**15 Outras obrigações - diversas**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	2.045	7.916
Provisão para pagamentos a efetuar	6.546	3.442
Provisão para passivos contingentes (ii)	21.727	17.588
Credores diversos - país:		
Comissões a pagar (iii)	4.301	5.435
Credores a repassar (iv)	5.034	2.420
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa (v)	43.789	56.596
Outras contas a pagar	14.576	-
Outras obrigações	11.597	16.825
<b>Total</b>	<b><u>109.615</u></b>	<b><u>110.222</u></b>

- (i) Refere-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Res. nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato.
- (ii) A provisão para passivos contingentes está representada por ações cíveis e trabalhistas (Nota explicativa nº 16).
- (iii) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.
- (iv) Credores a repassar estão constituídos basicamente por créditos a serem repassados aos cessionários com os quais a Omni realiza operações de cessão de créditos.
- (v) Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões “private-label”, referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

## 16 Provisão para passivos contingentes

### a. Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

### *Movimentação das provisões*

	2016			
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2016
Ações trabalhistas e cíveis (i)	17.588	13.135	(8.996)	21.727
<b>Total</b>	17.588	13.135	(8.996)	21.727
	2015			
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2015
Ações trabalhistas e cíveis (i)	17.010	9.980	(9.402)	17.588
<b>Total</b>	17.010	9.980	(9.402)	17.588

- (i) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídica.

## 17 Imposto de renda e contribuição social

### Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>22.891</b>	<b>22.891</b>	<b>(48.520)</b>	<b>(48.520)</b>
<b>Adições</b>	<b>384.111</b>	<b>384.111</b>	<b>384.111</b>	<b>384.111</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	325.788	325.788	295.170	295.170
Provisão para perdas outros valores e bens	244	244	1.184	1.184
Provisão para contingências	13.538	13.538	11.186	11.186
Provisões Operacionais	24.467	24.467	8.236	8.236
Provisões Participação no resultado	2.900	2.900	1.098	1.098
Deságio na aquisição de carteiras	-	-	6.172	6.172
Recuperação de prejuízo fiscal	16.061	16.061	14.322	14.322
Participação em controladas/ligadas	5.651	5.651	1.245	1.245
Despesas não dedutíveis	597	597	624	624
Recuperação na Cessão de Crédito	-	-	4.385	4.385
Outras adições	299.820	299.820	40.489	40.489
<b>Exclusões</b>	<b>(323.563)</b>	<b>(323.563)</b>	<b>(323.563)</b>	<b>(323.563)</b>
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(133.093)	(133.093)	(139.936)	(139.936)
Reversão de provisão para perdas outros valores e bens	(1.090)	(1.090)	(4.441)	(4.441)
Reversão de Provisões Operacionais	(28.170)	(28.170)	(2.310)	(2.310)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(281.633)	(281.633)	(56.202)	(56.202)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(214.129)	(214.129)	(41.511)	(41.511)
Reversão de provisão para contingências	(9.400)	(9.400)	(10.608)	(10.608)
Reversão de provisão de participação no resultado	(700)	(700)	(1.448)	(1.448)
Perdas na Cessão de Crédito	(4.971)	(4.971)	(43.181)	(43.181)
Resultado de equivalência patrimonial	(26.498)	(26.498)	(23.468)	(23.468)
Outras exclusões	(181)	(181)	(458)	(458)
Superveniência Depreciação e Reversão de PDD	(5.678)	-	(5.582)	(137)
<b>Impostos correntes</b>	<b>(5.680)</b>	<b>(2.799)</b>	<b>(6.049)</b>	<b>(2.655)</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>5.964</b>	<b>4.975</b>	<b>30.594</b>	<b>36.825</b>

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O Capital social é de R\$ 164.088 (R\$ 222.718 em 2015) e está representado por 211.672.663 (211.672.663 em 2014) ações, sendo 186.862.543 ON (186.862.543 em 2015) e 24.810.120 PN (24.810.120 em 2015), totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

### b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

### c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.



**d. Reservas especiais de lucros**

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

**19 Receita de Serviços**

	<u>2. Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<b>2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita de avaliação e cadastro	26.130	57.761	58.710
Anuidade cartão de crédito	8.428	16.569	15.456
Comissão sobre compras cartão	4.238	8.374	8.375
Intermediação de seguros	2.136	3.613	777
Outras receitas	11.103	17.730	4.455
	<b><u>52.035</u></b>	<b><u>104.047</u></b>	<b><u>87.773</u></b>

**20 Despesa de pessoal**

	<u>2. Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<b>2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Remuneração	(11.058)	(21.123)	(22.312)
Encargos	(3.622)	(6.990)	(7.850)
Benefícios	(3.225)	(5.905)	(5.976)
Treinamento	(94)	(121)	(265)
Provisão/ (reversão) de PPR	(3.829)	(3.724)	(2.666)
	<b><u>(21.828)</u></b>	<b><u>(37.863)</u></b>	<b><u>(39.069)</u></b>

**21 Outras despesas administrativas**

	<u>2. Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<b>2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesas de aluguéis	(2.898)	(5.791)	(5.784)
Comunicações	(2.874)	(6.159)	(4.823)
Processamento de dados	(6.106)	(11.227)	(6.448)
Promoções e relações públicas	(381)	(438)	(2.155)
Propaganda e publicidade	(41)	(220)	(1.800)
Seguros	(19)	(40)	(65)
Serviços do sistema financeiro	(7.250)	(15.007)	(15.228)
Serviços de terceiros (i)	(127.324)	(237.268)	(183.318)
Serviços técnicos especializados (ii)	(2.569)	(11.456)	(16.729)
Despesa de transporte	(422)	(768)	(927)
Despesa com despachante	(448)	(1.009)	(259)
Emolumentos judiciais e cartorários	(16.251)	(28.255)	(16.297)
Taxas e notificações	(2.326)	(4.740)	(5.730)
Juros e encargos adesão refis	(2.891)	(6.006)	(7.343)
Outras despesas administrativas	(5.875)	(12.545)	(13.866)
	<b><u>(177.675)</u></b>	<b><u>(340.929)</u></b>	<b><u>(280.772)</u></b>

(i) Composto, substancialmente, por comissões.

(ii) Composto, substancialmente, por gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

## 22 Despesas tributárias

	<u>2. Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2016	2016	2015
Despesa com COFINS	(10.439)	(23.546)	(24.124)
Despesa com ISS	(3.191)	(7.248)	(7.443)
Despesa com PIS	(1.731)	(3.916)	(4.024)
Outras	(33)	(190)	(172)
	<u>(15.394)</u>	<u>(34.900)</u>	<u>(35.763)</u>

## 23 Outras receitas operacionais

	<u>2. Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2016	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.686	3.917	3.697
Atualização de impostos à compensar	742	1.048	1.180
Ações com perdas e danos	-	-	4.058
Reversão de provisões operacionais	8.547	9.398	-
Desagio na aquisição de carteira	5.389	12.850	7.090
Outras rendas operacionais	2.007	3.314	2.475
	<u>18.371</u>	<u>30.527</u>	<u>18.500</u>

## 24 Outras despesas operacionais

	<u>2. Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2016	2016	2015
Descontos concedidos	(85.227)	(132.183)	(37.291)
Perdas em ações de perdas e danos	(10.254)	(18.991)	(30.376)
Perdas com fraudes	(234)	(459)	(1.846)
Custo na aquisição de carteiras	(36.511)	(55.025)	(6.174)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(1.179)	(2.645)	(1.960)
Outras despesas operacionais	(2.406)	(5.692)	(6.806)
	<u>(135.811)</u>	<u>(214.995)</u>	<u>(84.453)</u>

## 25 Transações com partes relacionadas

### a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 4.311 (R\$ 4.202 em 2015).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

**b. Saldos com partes relacionadas**

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$ 324.587 ( R\$ 249.091 em 2015), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% à 148% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

**26 Indicadores de risco (Basiléia) e limites operacionais**

	2016	2015
<b>Patrimônio de referência</b>	<b>347.790</b>	<b>324.869</b>
<b>Patrimônio de referência nível I</b>	<b>347.790</b>	<b>324.869</b>
Capital Principal - CP	256.483	248.518
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	91.307	76.351
<b>Patrimônio de referência total (nível I + nível II)</b>	<b>347.790</b>	<b>324.869</b>
<b>Patrimônio de referência (a)</b>	<b>347.790</b>	<b>324.869</b>
RWAcpad - crédito	166.654	218.447
RWAopad - operacional	60.868	40.541
<b>Patrimônio de referência exigido (b)</b>	<b>227.522</b>	<b>258.988</b>
<b>Margem (a- b)</b>	<b>120.268</b>	<b>65.881</b>
Rban - Juros carteira não negociável (c)	19.895	15.282
<b>Margem (a- c)</b>	<b>327.895</b>	<b>309.588</b>
<b>Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (d)</b>	<b>2.304.022</b>	<b>2.354.438</b>
<b>Índice de Basiléia (a/d)</b>	<b>15,09%</b>	<b>13,80%</b>

(i) A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

(ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nº 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basiléia aplica-se às instituições integrantes do conglomerado prudencial.

**27 Outras informações**

**a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito**

O Conglomerado Econômico Financeiro da Omni, atendendo às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional N°s 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 e suas alterações, possui estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacional, Mercado e Crédito, respectivamente, segregada das áreas de negócio e auditoria interna, bem como estão capacitadas a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.

Todas as estruturas de Gerenciamento de Riscos são direcionadas para avaliação dos riscos de todas as linhas de negócio do seu Conglomerado Econômico Financeiro, bem como todos os produtos oferecidos, pautadas em políticas e procedimentos documentados.

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional, a OMNI adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme disposições do Art. 5º da Circular n.º 3.383, de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, sendo que o Conglomerado possui estrutura de capital suficientemente robusto para comportar sem maiores dificuldades a incorporação desta metodologia.

Um melhor detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos e está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico [www.omni.com.br](http://www.omni.com.br) (não auditado).

**b. Eventos subsequentes**

A Omni S.A. - Crédito Financiamento e Investimento em 18 de fevereiro de 2016, assinou um contrato de compra e venda para aquisição de 100% das ações do Banco Pecúnia S.A detidas pelo Banco Société Générale Brasil S.A. Em 03 de maio de 2017 o Banco Central por meio do Ofício 8008/2017, aprovou a transferência do controle acionário do Banco Pecúnia S/A. para a Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimentos a operação foi devidamente concluída em 31 de maio de 2017.

A administração da Instituição declara que não tem mais nenhum conhecimento de eventos subsequentes que tenham efeitos relevantes nas informações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2016.

\* \* \*

**Diretoria**

William Gouveia Lima  
Contador CRC 1SP273890/O-0